

HABEAS CORPUS Nº 494.245 - RJ (2019/0048015-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : ANGELO MAXIMO MACEDO DA CONCEICAO
ADVOGADO : ANGELO MAXIMO MACEDO DA CONCEIÇÃO - RJ135172
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ALEX SANDRO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, impetrado em favor de ALEX SANDRO DA SILVA contra acórdão proferido pela 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no julgamento do HC n. 0068434-12.2018.8.19.0000.

De acordo com os autos, o paciente foi preso preventivamente em 23.9.2018 pela suposta prática do crime previsto no art. 288-A do Código Penal.

Neste *writ*, alega que não estão presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta que o paciente possui condições pessoais favoráveis, de modo a facultar a aplicação de medidas alternativas ao cárcere, conforme o art. 319 do CPP.

Requer, desse modo, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a segregatória preventiva do paciente, expedindo-se o alvará de soltura. Subsidiariamente, pugna pela substituição da custódia por medidas alternativas à prisão.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada ao paciente, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado:

O fumus comissi delicti restou perfeitamente configurado, uma vez que presentes indícios suficientes de autoria e certeza de materialidade, conforme documentos constantes do procedimento e das declarações efetuadas em sede policial.

Relativamente ao periculum libertatis, tenho por absolutamente demonstrada a necessidade de tutela, pois

no caso em exame deve-se assegurar a ordem pública.

Diante de tais fatos concretos a sua prisão se mostra necessária, diante do preenchimento dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

In casu, a investigação coordenada pelo GAECO-MP, envolvendo quebra de sigilo e interceptação das comunicações telefônicas revelou o modus operandi do grupo paramilitar, o qual atuava extorquindo valores comerciantes, motoristas de vans e mototaxistas, bem como na agiotagem e distribuição clandestina de sinal de TV a cabo e de internet.

De fato, a proposição acusatória retrata, em tese, a prática de crime com gravidade concreta do delito importa em risco à paz social gerando insegurança para a coletividade, logo, a segregação mostra-se importante para coibir as práticas criminosas.

Tal situação, de incontestada gravidade concreta, por si só, já mereceria a resposta constritiva do Estado, fulcrada na garantia da ordem pública. (e-STJ, fls. 63-64).

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do writ, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverá trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal lá deflagrada contra ALEX SANDRO DA SILVA e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da respectiva situação

prisional.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

